

MAIS JE SEGURO



Craig Whitehead/Unsplash

RISCOS CATASTRÓFICOS

Quando a solução passa pelo Estado

Os últimos incêndios demonstraram que a gestão de riscos catastróficos é um problema nacional. O setor segurador nacional tem uma proposta junto do Governo em que prevê assumir responsabilidades até oito mil milhões de euros através de um sistema de capitalização. Num primeiro momento, a cobertura envolve sismos, mas numa segunda etapa a cobertura de grandes riscos irá para inundações, tempestades e grandes incêndios, avança José Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Seguradores. Os números conhecidos são avassaladores. A CE fala em 90 mil milhões de euros de prejuízos na economia apenas com as inundações. O Allianz Risk Barometer (ARB) identificou um aumento na consciência dos empresários para este tipo de risco nos últimos anos.

ENTREVISTA JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA Presidente da APS

Cobrir sismos é o primeiro passo de um sistema integrado

Os últimos incêndios evidenciaram a dificuldade do país em lidar com catástrofes. O setor segurador tem uma proposta junto do Governo de proteção global que começa nos sismos e que no futuro avançará para os incêndios, inundações e tempestades.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

Qual a importância da cobertura de riscos catastróficos para Portugal?

É por todos reconhecido que Portugal é um país com elevada exposição ao risco sísmico e que não tem nenhuma solução estruturada para responder a uma eventualidade de risco sísmico, caso esta ocorra. É prioritário garantir para o país um sistema de resposta eficaz. (Os incêndios de 2017 e o recente furacão Leslie evidenciaram as dificuldades que existem na gestão de situações catastróficas.)

De acordo com a proposta apresentada ao Governo de um Sistema de Proteção de Riscos Catastróficos, este começará por conferir proteção em caso de ocorrência de um sismo, porque é onde Portugal não tem atualmente qualquer mecanismo de proteção (só 16% das habitações têm cobertura de risco sísmico). Numa segunda fase, o objetivo é evoluir para a cobertura de outras catástrofes como grandes incêndios, inundações, tempestades, etc.).

O que foi proposto ao Governo neste âmbito?

De acordo com o modelo proposto pela APS, o setor segurador e ressegurador está disposto a assumir responsabilidades que podem atingir os oito mil milhões de euros. Este limite de responsabilidade inclui uma componente de capitalização que permite ao sistema ir acumulando recursos a utilizar em caso de catástrofe.

A gestão desta componente de capitalização ficaria a cargo de uma entidade central, uma associação pública, controlada maioritariamente pelo Estado, mas com a participação direta das empresas de seguros aderentes, em que o Estado assume uma função essencial de garante geral do sistema e de responsável de último recurso por uma última camada de responsabilidade acima dos oito mil milhões



D.P.

que ficam a cargo do setor segurador e ressegurador. Ou seja, a proposta do setor segurador permite tornar o sistema acessível, em termos de custo, à generalidade da população. O modelo prevê a cobertura obrigatória de risco sísmico para todos os imóveis de habitação que tiverem seguro de incêndio ou multirrisco.

Qual a reação dos seguradores a esta proposta?

O mais positiva possível. Aliás, esta é uma proposta do setor segurador. Está no ADN das seguradoras cobrir estes riscos. O setor tem toda a experiência em gerir todo o tipo de catástrofes, na medida que lhe é devida.

Caso o governo aceite a proposta da APS quais

os custos deste tipo de contrato para os clientes finais?

Este sistema, a ser implementado, permite repartir os custos económicos pelo mundo inteiro. Com este sistema, as perdas são repartidas à escala global, através da indústria seguradora e resseguradora e como terá toda uma parte de recapitalização, os fundos conseguidos facilitarão a gestão nacional do sistema, com menos recurso às resseguradoras internacionais. Por isso, os custos para as pessoas não são elevados. Podemos estimar que o custo da cobertura do risco sísmico para um imóvel, tendo em conta o capital médio seguro de 125 mil euros, poderá oscilar entre 25 euros e os 75 euros por ano (dependendo da zona onde se encontra, tipo de construção e idade do imóvel). ●

OPINIÃO

Seguros Paramétricos. O que são, vantagens e desvantagens



ANDREA BERTOLDI
CEO, Aon Reinsurance

Em linhas gerais, o seguro tradicional indemniza os danos causados a um determinado objeto seguro (um bem, uma vida, etc.). O seguro paramétrico funciona de forma indireta: se o valor de um certo parâmetro ou conjunto de parâmetros atinge um valor pré-determinado, então o processo indemnizatório é desencadeado e a apólice ou, mais frequentemente, as apólices cobertas por esse seguro são indemnizadas, sem ter em conta o dano direto causado ao objeto seguro. Por parâmetro, entende-se uma temperatura, a velocidade do vento, a quantidade de precipitação, um preço de uma mercadoria numa bolsa de futuros, etc.

Esta forma de transferir risco apresenta algumas vantagens das quais salientaríamos:

- Apresenta uma maior objetividade na determinação dos sinistros e, por isso mesmo, uma menor litigância o que é positivo para ambas as partes, cliente e segurador;
- Maior velocidade na liquidação uma vez que o processo de avaliação do sinistro é virtualmente imediato e dá azo a pouca litigância;
- Potencialmente este seguro é mais barato uma vez que as cargas de gestão e os custos de regularização de sinistros serão certamente mais baixos;
- Alargamento do mercado pois trata-se de um produto que é facilmente titularizável abrindo desta forma o acesso às principais praças financeiras dos mercados mundiais;
- Por fim, poderá permitir cobrir riscos onde não existem bases de dados (por

exemplo seguros novos ou sem estatísticas directas), desde que hajam parâmetros que permitam modelizar os eventos que se pretende segurar.

Pela própria natureza deste tipo de seguros, ele está mais adaptado a cobrir riscos de baixa frequência e de alta intensidade, ou seja, eventos que ocorram de forma esporádica, mas que, ao acontecer, causem danos elevados. Parece assim lógico que os seguros paramétricos tenham sido utilizados sobretudo para cobrir eventos catastróficos (sismos, inundações, tempestades, etc.) e seguros agrícolas (secas, chuvas, granizo, etc.). Existem, no entanto, algumas dificuldades e limitações:

- Como dito acima, nem todos os riscos são passíveis de serem cobertos: baixa frequência e alta intensidade são pré-requisitos quase sempre presentes neste tipo de seguro;
 - Nem sempre se consegue arranjar o tal parâmetro ou conjunto de parâmetros que se adaptem de forma aceitável ao fenómeno que se pretende cobrir;
 - Não sendo um seguro de indemnização direta, existem dois casos ao nível da apólice original que podem resultar em situações O
 - O caso em que existe um dano, mas que, como o parâmetro não foi atingido, não há lugar a indemnização, dando azo a um sentimento de injustiça por parte do segurado;
 - O caso em que, apesar de uma apólice em particular não ter sofrido danos, ela poder vir a ser indemnizada pois o parâmetro subjacente ao seguro foi atingido, dando lugar a um recebimento “indevido”, naturalmente ao agrado do segurado.
- Pelas claras vantagens que apresentam, é expectável que os seguros paramétricos venham a desenvolver-se em diversos pontos do globo, incluindo naturalmente Portugal. ●



Inicie uma nova viagem

Com o objetivo de inovar e apoiar a transformação digital da mediação, na MPM aperfeiçoamos permanentemente as mais avançadas soluções de gestão para o sector segurador. Fruto deste esforço, também nós evoluímos para um compromisso renovado consigo: preparar um futuro cheio de novidades tecnológicas para o desenvolvimento da Mediação Inteligente.

Em breve, partilharemos consigo a nova MPM.

RISCOS CATASTRÓFICOS ANALISADOS NA ÓTICA DE 'RISK ANALYSIS' E DE 'RISK MITIGATION'

Antecipar riscos e saber como os mitigar é a forma de encarar os riscos catastróficos. Estes têm aumentado de frequência e valores liquidados pelos seguros têm igualmente crescido. Os custos vão refletir-se na economia e nos cidadãos. O setor responde com as melhores soluções.

1 INCÊNDIOS, TEMPESTADES, INUNDAÇÕES, VULCÕES OU TEMPERATURAS EXTREMAS, SÃO FENÓMENOS DA NATUREZA A QUE PORTUGAL NÃO ESTÁ IMUNE. QUE SEGUROS EXISTEM PARA AS CATÁSTROFES PREVISÍVEIS?

2 QUE IMPACTO PODE TER NUMA ECONOMIA UM EVENTO QUALIFICADO COMO CATÁSTROFE NATURAL?

3 QUE PAPEL PODE TER A ROBÓTICA E DIGITALIZAÇÃO NA PREVENÇÃO E NA EFICIÊNCIA A NÍVEL DE COBERTURA DOS SEGUROS RELACIONADOS COM AS CATÁSTROFES NATURAIS?



FERNANDO DUARTE
Head of Global Corporate & Commercial da Generali Portugal

1 Infelizmente, temos vindo a assistir a um crescendo de fenómenos extremos, quer a nível mundial quer em Portugal. Não só a nível de frequência, mas também a nível de valores pagos pelas companhias de seguros. O sector dos seguros é muito importante para as economias, porque em caso de eventos extremos as empresas não podem e não devem contar somente com eventuais ajudas económicas dos governos. Por essa mesma razão, as empresas têm de adoptar uma lógica de "risk analysis" e de "risk mitigation". Em Portugal, infelizmente, ainda existe uma longa estrada a percorrer nessa área, mas para isso podem contar com a ajuda de seguradoras como a Generali que detém grande tradição e experiência quer a nível de subscrição quer a nível de "Risk

Engineering". Com a crescente internacionalização das empresas portuguesas, o risco deixa de existir somente em Portugal e passa para uma esfera global.

A Generali Portugal abriu este ano a "Global Corporate & Commercial", unidade especializada nos grandes riscos e nos programas internacionais; unidade especializada nos grandes riscos e nos programas internacionais; unidade com uma longa história de "partnership" com inúmeras das maiores companhias a nível mundial. Nos dias de hoje as empresas não tem o risco cingido ao espaço físico do país de origem, mas sim a todo um rol de países onde estas operam. Os bens, maquinaria, força laboral, stock, etc. necessitam de uma proteção adequada aos riscos e à dimensão do cliente. O Grupo Generali, através das suas diversas unidades de negócio, tem estado ao serviço dos seus clientes nos últimos anos na "front line" dos principais eventos. Por exemplo, depois do tsunami da Ásia, a Generali enviou um avião para resgatar os segurados afetados. Durante o "outbreak" do ébola enviou um navio hospital para a costa oeste africana para cuidar e resgatar as equipas de seus clientes. As catástrofes de carácter extremo, infelizmente, ainda não são previsíveis, mas as companhias poderão estudar modelos de impacto e minimizar perdas através e produtos de seguros customizados à sua dimensão e ao seu sector. Nos últimos anos, e com o tema do "climate change" tão em voga, soluções inovadoras tais como "parametrics" estão na ordem do dia e poderão ser um bom complemento, inclusive a um sólido programa tradicional de seguros.

Felizmente, existe uma panóplia de soluções de assistência e de produtos que o Grupo Generali disponibiliza para os seus segurados em todo o mundo, sendo que gostaria de destacar, por exemplo, a "emergency repatriation" para os clientes que tem necessidade de enviar equipas especializadas a trabalhar noutras latitudes. Relembro que a função dos seguros não passa somente em lidar com as consequências dos eventos, mas sim ajudar os nossos clientes a entender como evitar ou minimizar as consequências destes.

2 Eventos de grande dimensão podem ter impactos consideráveis na economia de um País. Impactos económicos esses que não têm somente a ver com a destruição de um bem tangível, mas com todo um ecossistema económico: uma cidade, uma região, um país e respetivos setores interdependentes. Por exemplo, uma unidade fabril

afetada não conseguirá produzir uma determinada peça que é necessária para a montagem de um produto noutra unidade (mesmo estando esta fora de uma zona atingida). Assim, as empresas tem de deixar de ver os seguros como um mero custo e finalmente perceber o que significa a transferência de risco. A Generali adoptou a postura de "business partner", querendo realmente fazer equipa com os seus clientes, entender o seu negocio, as suas dinâmicas e as suas necessidades críticas. Os seguros existem acima de tudo para evitar que as companhias tenham de fechar portas em caso de evento extremo.

3 Não podemos cingirmos à Robótica ou Digitalização, a revolução tecnológica permitiu também que o sector dos seguros (setor considerado tradicional) adotasse uma série de novas ferramentas que permitem, por um lado, uma melhor e correta catalogação de riscos em carteira (levando a melhores produtos de seguro e uma melhoria do serviço aos nossos clientes) e, por o outro, informar em tempo real os nossos clientes com alertas, sugestões, abertura de sinistros, etc. Por exemplo um cliente através de um "Smartphone" poderá enviar as suas coordenadas de GPS e, assim, ser socorrido mais rapidamente. As seguradoras cada vez mais recorrem à "BIG DATA" e, com isso, podem criar modelos de riscos extremos e suas consequências. Através do "Geo Coding", os "Underwriters" e os "Risk Engineers" podem facilmente verificar nas nossas ferramentas onde os bens dos nossos clientes se encontram, se estes estão em zonas de risco, e com isso delinear uma série de acções de "risk mitigation" e preparar o melhor e mais adequado programa de seguros.



TIAGO SARMENTO
Responsável de Patrimoniais da Victoria Seguros

1 Infelizmente, estamos sujeitos a vários tipos de catástrofes naturais; geralmente este tipo de fenómenos estão associados a determinadas

condições atmosféricas, tais como furacões, tornados, secas propícias à ocorrência de incêndios ou tempestades com elevadas precipitações e consequentes cheias. Por outro lado, as naturais movimentações ocorridas no interior da terra contribuem para a ocorrência de tais fenómenos da natureza considerados extremos, designadamente os sismos, erupções vulcânicas, terremotos ou tsunamis. Para fazer face a estas catástrofes existem várias ofertas de seguro, contudo, o mais indicado será o seguro Multirriscos. Este abrange os riscos particulares, como as nossas habitações ou aqueles relacionados com a malha empresarial riscos empresariais tais como fábricas, infraestruturas ou espaços comerciais. O seguro Multirriscos é a solução mais indicada, por agregar numa única apólice múltiplas coberturas, que garantem a proteção aos vários fenómenos supramencionados. O Seguro Multirriscos inclui as coberturas de incêndio, tempestades, fenómenos sísmicos ou ainda as perdas de exploração, permitindo com esta última as empresas podem salvaguardar a mesma situação económica em que se encontravam antes da ocorrência do sinistro provocado por uma catástrofe. No momento da contratação de um seguro Multirriscos, é importante que o cliente tenha uma perfeita consciência dos capitais a contratar, tanto no que diz respeito ao objeto edifício, assim como em relação ao conteúdo da sua habitação ou empresa, pois só assim poderá evitar que os capitais seguros se encontrem desajustados no momento do sinistro.

2 Não só em Portugal, como no resto do mundo, no decorrer do último século e no início do atual, as estatísticas mostram um aumento significativo de fenómenos da natureza com consequências devastadoras, destruição de infraestruturas e perda de vidas humanas. Este aumento tem-se verificado não só na dimensão dos eventos, mas igualmente na frequência destes. Para avaliarmos o impacto que uma catástrofe natural pode infringir na economia, devem considerar-se vários fatores, tais como a dimensão e intensidade do evento, o desenvolvimento económico das regiões onde se abatem, ou mesmo as medidas preventivas adotadas pelas instituições locais, fruto da sua evolução para uma maior sensibilização e consciencialização desta crescente realidade. Para além disso e no mesmo sentido do aumento de eventos relacionados com catástrofes naturais, temos igualmente vindo a assistir a um aumento dos custos materiais provocados por estes eventos. Por exemplo a maior concentração das populações em locais com maior exposição ao risco e

o crescimento desordenado das cidades com impacto no curso dos rios ou na capacidade de absorção de água pelos solos, têm contribuído de forma determinante para este aumento de custos materiais. A avaliação do impacto na economia terá de ser analisada no curto prazo, por via da destruição causada nas infraestruturas e perda de vidas humanas. O encerramento de empresas e escolas por tempo indeterminado, têm como consequência direta uma diminuição da produtividade e dos postos de trabalho, com graves impactos na economia local. Por outro lado e na perspectiva, do longo prazo, as catástrofes naturais podem ter efeitos positivos na economia, fruto da oportunidade que o evento cria para o processo de reconstrução das novas infraestruturas e adequado ordenamento dos aglomerados populacionais. Contudo para que exista um ganho efetivo, todo o processo de reconstrução terá de ser pensado e consciente de eventos futuros, assumindo as medidas preventivas um papel fundamental.

3 Estamos a viver uma era de evoluções tecnológicas e a testemunhar os benefícios imediatos e a perspetivar os futuros que esta mesma evolução tecnológica nos pode oferecer. A indústria seguradora neste momento já pode oferecer melhores soluções de seguro, ou até mesmo criar alertas aos seus clientes com base na informação que as novas tecnologias têm para oferecer. A título de exemplo estamos a assistir à criação de modelos hidrológicos, que identificam zonas inundáveis e de potencial risco de inundação, baseado em cenários de catástrofes naturais, prevendo potenciais impactos nas zonas com maior risco de inundação. A criação destes modelos vai permitir adequar a cobertura das apólices de seguro a cada local de risco, fruto de um melhor conhecimento das zonas inundáveis.



FILIPE DUARTE
Aon Reinsurance

1 Em termos de oferta de seguros, temos disponíveis no mercado soluções para diversos riscos catastróficos (sismos, inundações,

tempestades, erupções vulcânicas, tornados), sendo que nos últimos anos alguns eventos considerados catastróficos têm acontecido de uma forma mais regular, revelando perdas substanciais para as seguradoras e resseguradores. Se recuarmos apenas 10 anos, encontramos as inundações na Madeira em 2010, a tempestade Gong que assolou todo o país em 2013, os incêndios florestais de junho e outubro de 2017 com gravíssimas consequências em termos humanos, a tempestade Leslie em 2018, entre outros mais pequenos. Ainda é cedo para dizer se esta é uma tendência que veio para ficar ou mesmo agravar-se. Se assim for, será expectável que os prémios a cobrar para esta tipologia de riscos sofram aumentos nos próximos anos para fazer face ao aumento dessa frequência. De notar que estas coberturas não se vendem no mercado em stand-alone, mas sempre acopladas a um risco de base, tipicamente o de incêndio (mas há outros ramos como por exemplo o Automóvel, Construção ou Colheitas que cobrem riscos catastróficos).

2 Em Portugal continental, a ameaça de maior dimensão é o sismo. Uma repetição do sismo de 1755 teria efeitos devastadores. Estima-se que terá custado cerca de 40% do PIB daquela altura. Há estudos que indicam que a magnitude desse

sismo poderá ter mesmo ultrapassado os dois maiores sismos registados (Chile em 1960 e Alaska em 1964), tendo inclusivamente sido sentido em Londres e alterado a maré nas Caraíbas. Estimamos que somente 65% das habitações portuguesas estejam cobertas contra o risco de incêndio e que, dessas, só 30% também incluam o risco sísmico, ou seja, só um quinto das habitações portuguesas estarão cobertas contra sismos. A penetração do risco sísmico nos segmentos de comércio e de indústria é genericamente maior do que para a habitação. Por outro lado, o Estado não está normalmente coberto (mutualiza as suas responsabilidades através dos contribuintes) e a carteira hipotecária da banca estará deficientemente coberta, porventura melhor do que os 20% da generalidade das habitações como dito acima, mas certamente abaixo do nível desejável. Facilmente se percebe que um evento de dimensões catastróficas afetaria a economia de forma pesada. Do ponto de vista segurador, a sensibilidade reduzida das pessoas e instituições ao risco sísmico é preocupante, uma vez que as ferramentas, os produtos, as capacidades financeiras, o know-how, existem e permitiriam minorar de forma drástica os efeitos de um grande sismo.

3 Os avanços tecnológicos têm tido impacto em todas as áreas e a indústria seguradora não é exceção. Do ponto de vista técnico, a evolução dos computadores tem permitido construir modelos cada vez mais sofisticados. Esses modelos permitem tomar decisões racionais e otimizadas quanto às necessidades de capital e quanto ao melhor preço das coberturas, tornando a indústria seguradora mais sólida na sua globalidade. Imagens via satélite, sensores diversos, melhores modelos climáticos, ferramentas sofisticadas de gestão de carteiras permitem uma melhor preparação face a um evento. A tecnologia também é importante na gestão pós-sinistros. Já existem robôs para ajudar a busca de pessoas nos escombros e substituir humanos em operações mais delicadas, drones para detetarem sobreviventes de inundações em áreas remotas ou para levarem mantimentos em sítios dificilmente acessíveis, etc. Já foi utilizada a tecnologia de impressão a 3D para reconstrução de bairros destruídos, otimizando a resistência face a eventos semelhantes. Apesar de ainda haver muito por desenvolver, a tecnologia faz hoje parte integrante a montante e a jusante da cadeia da gestão das catástrofes, incluindo na indústria seguradora.



SANDRA MOÁS
Country Manager
da ASISA Portugal

1 É verdade que com o fenómeno das alterações climáticas, está cada vez mais na ordem do dia as preocupações com a proteção de pessoas e bens desse tipo de ocorrências, e ainda bem que assim é. Em Portugal, existem já há alguns anos a oferta deste tipo de cobertura, sendo habitualmente facultativas e maioritariamente associadas ao ramo automóvel, multi riscos habitação e vida. No caso da ASISA trata-se de uma cobertura base, pelo que todos os nossos segurados do produto de vida estão cobertos na eventual ocorrência desta situação.

2 Os impactos são naturalmente variáveis em função do tipo e severidade da catástrofe em causa.

Regra geral, a principal preocupação em termos económicos, deverá ser minimizar os prejuízos e incentivar uma rápida recuperação seja de ordem humana, financeira e social. A forma como se efetua o processo de regeneração poderá ditar o maior ou menor impacto económico, e se a curto prazo a preocupação deve passar pela preservação das vidas humanas e condições de habitabilidade, a medio longo prazo deverá pressupor um processo de reconstrução e melhoramento de infra-estruturas.

3 A robótica e a digitalização podem sem duvida ter um papel fundamental na eficiência e atuação das seguradoras perante cenários de catástrofes naturais. Por um lado uma maior conectividade entre as seguradoras e serviços de emergência, ou de prevenção/proteção civil, ajudam a um menor tempo de atuação das seguradoras face aos seus segurados e ajudam também a adequar o apoio e a assistência de protecção de primeira linha aos cuidados efetivamente ajustados às necessidades. Por outro lado a robótica, como seja por exemplo o caso de robots de resgate, que ajudam na identificação de vítimas, mitigam tempos de resgate e preservam vidas em perigo.

PUB

Willis Towers Watson | **COMBINING CORPORATE RISK AND BROKING HUMAN CAPITAL AND BENEFITS TO UNLOCK YOUR POTENTIAL**

www.willistowerswatson.com

MAIS SEGURO



JOHANN KOPP
Director de P&C –
Empresas da Allianz Portugal

1 Tendo consciência desta imprevisibilidade e dos efeitos que estas situações podem provocar, a Allianz Portugal incluiu desde sempre nos seus produtos coberturas que abrangem proteção em casos de incêndios, explosões, fumo, inundações, tempestades, entre outras situações inesperadas, de forma a proteger os indivíduos afetados por estas ocorrências. Paralelamente, a Companhia presta apoio sempre que as pessoas sejam afetadas por circunstâncias de intempéries, adotando medidas que ajudem a mitigar e solucionar os problemas de forma eficaz, como o lançamento de linhas de apoio 24 horas/dia e apoio célere prestado no local dos acontecimentos.

2 De acordo com a Comissão Europeia, em março do ano passado, só contando com o impacto de inundações, os prejuízos económicos diretos atingiram os 90 mil milhões de euros nos últimos anos, em várias áreas de atividade. O Allianz Risk Barometer (ARB) identificou um aumento na consciência dos empresários para este tipo de risco nos últimos anos e, infelizmente, os eventos em Portugal em 2017 e 2018 mostraram um aumento de ocorrências com impactos diretos para os portugueses e o tecido empresarial. Por outro lado, a gestão de risco nas empresas deve contar com este tipo de acontecimentos e procurar soluções adequadas, seja na prevenção, durante ou após a catástrofe natural. Os seguros são importantes na gestão de risco: na prevenção, uma avaliação pelos consultores de risco da Allianz, podem ajudar a identificar possíveis lacunas nos planos de prevenção e contingência. Além disso, as coberturas da perda de exploração oferecem às empresas indemnizações em caso de interrupção do negócio devido aos fenómenos naturais.

3 A utilização das novas tecnologias, como a robótica e digitalização, devem ser encaradas como oportunidades tendo em vista o impacto que podem revelar em várias áreas de atuação, sobretudo na simplificação e eficiência dos processos. A digitalização, em geral, traz também uma maior rapidez na resposta e no tratamento dos processos. Para as PME a Allianz segue na estratégia de oferecer produtos simples e abrangentes, oferecendo o máximo valor pelo preço. Esta capacidade é devida à automatização na contratação do produto e nos processos de sinistros e pagamentos. Seguindo esta

estratégia vamos ampliar o que funcionou muito bem até hoje para Particulares e Comércio, e em breve também para a pequena Indústria. Os seguros que abrangem proteção de catástrofes naturais visam proteger indivíduos e empresas de danos provenientes de acontecimentos extremos. Neste contexto, é importante garantir que os produtos correspondem às necessidades dos Clientes, evitando que sejam apenas produtos standard: A Allianz Portugal tem para as empresas MidCorp a vantagem utilizar uma ferramenta global que mapeia os lugares mais expostos aos riscos naturais como tempestades, inundações e outros. A digitalização deste mapeamento, a atualização online dos dados e o uso da ferramenta na subscrição MidCorp, permite-nos a dar aos Clientes acesso às informações mais recentes no âmbito dos riscos da natureza. Graças a informações obtidas neste segmento, as PME beneficiam da análise periódica da composição dos pacotes de cobertura nos produtos standard. Este tipo de abordagem ajuda os nossos Clientes na tomada de decisão sobre investimentos em medidas de proteção, prevenção ou na contratação de um seguro à medida das necessidades do cliente.



ANTÓNIO BICO
CEO
da Zurich Portugal

1 Até posso afirmar que todas as nossas soluções de seguros multirriscos, seja para particulares ou empresas, têm coberturas para catástrofes naturais, mas atualmente não é só disso que falamos. As alterações climáticas trouxeram outra intensidade, severidade e frequência às catástrofes ditas “previsíveis”. Se antes um episódio de cheias acontecia nas ruas junto ao rio de determinada cidade, hoje as cheias atravessam fronteiras e alastram-se para vários países. É fundamental desenvolver uma estratégia global de investimento assente em fundos públicos e privados que tenham como objetivo mitigar os riscos das alterações climáticas. Desta forma, os investidores institucionais como a Zurich, podem trabalhar em plataformas multi-stakeholder que incluam os Governos, os privados e o terceiro setor e que tenham como objetivo financiar parceiros que protejam e apoiem as comunidades. Assim estaríamos mais capacitados para gerir o imprevisível.

2 É importante deixar claro que o impacto económico não deve ser dissociado dos impactos sociais e

ambientais. Além de desacelerarem ou estagnarem as economias, as catástrofes naturais provocam danos no ambiente – contaminação de águas, desabamento de terras e, entre tantos outros, avalanches – e têm forte impacto nas pessoas e comunidades. Em algumas catástrofes desaparecem aldeias e cidades inteiras, milhares de pessoas perdem a vida, outras ficam com danos corporais permanentes e outras percorrem longos períodos de stress traumático para superar a catástrofe que experienciaram. A abordagem a estas questões tem de deixar de ser puramente económica para ser holística.

Vejamos o exemplo das cheias e inundações que devastaram o estado indiano de Kerala em agosto passado: morreram mais de 400 pessoas e mais de um milhão foram deslocadas para 3200 campos de ajuda humanitária. As chuvas torrenciais destruíram mais de 50 mil casas, 40 mil hectares de culturas, 83 mil quilómetros de estrada e 200 pontes. O impacto económico estimado deste episódio extremo situou-se em três biliões de dólares. Outro exemplo é que atualmente os custos de danos causados por inundações nos Estados Membros da União Europeia rondam os 4.5 e os 5.5 biliões de euros ao ano, sendo que na Zurich prevemos que estes custos aumentem cinco vezes até 2050 e 20 vezes até 2080. É incontornável que as alterações climáticas são uma realidade. Hoje, dia 24 de maio, assistimos a mais uma greve juvenil pelo clima. Em todo o mundo os jovens voltam a chamar a atenção dos adultos porque querem que façamos tudo o que está ao nosso alcance para mitigar os impactos das alterações climáticas. Devemos ouvi-los e atuar.

3 A era digital está a contribuir para sofisticar o que em seguros chamamos de “análise de risco climático”, ou seja, a recolha e gestão de dados preditivos sobre os riscos associados ao vento, inundações, incêndios, secas ou outros desastres climáticos. Este refinamento dos dados, baseado em Inteligência Artificial e supercomputação, facilitam a identificação do onde, como e porquê dos riscos e impactos climáticos e permitem-nos conhecer melhor os riscos e antecipar a resiliência, seja ao nível das comunidades, das cidades, dos países ou de diferentes regiões globais. Toda esta produção de conhecimento é e continuará a ser refletida na prevenção e gestão do risco que é inerente ao desenho das soluções de seguros. Apesar de a era digital estar a mudar, de forma muito acelerada, a forma como os cientistas, planeadores, reguladores e seguradores calibram os perigos climáticos, prever os impactos das catástrofes naturais com precisão continua a ser um desafio muito complexo que na Zurich assumimos como missão e com o desígnio de proteger as pessoas e as empresas.



PEDRO MOURA FERREIRA
MDS Technical & Placement |
Director

1 Cada vez mais, em algumas áreas geográficas do planeta, a ocorrência de sinistros decorrentes de fenómenos da natureza é sem dúvida um “jogo de cartas marcadas”: temos uma forte convicção de que vão acontecer, só não sabemos, quando e o local exato. Existem diferentes soluções de seguros para estas tipologias de risco. No que concerne ao risco de incêndio em particular, o seguro em Portugal é obrigatório para os imóveis em regime de propriedade horizontal, desde 1 de janeiro de 1995. No que respeita aos seguros para habitação, comércio e indústrias, os seguros de Multirriscos apresentam um leque alargado de coberturas, que vai desde o incêndio às tempestades, inundações e outros fenómenos da natureza. Já o risco de fenómenos sísmicos é, regra geral, uma cobertura facultativa. Por este facto, torna-se crucial ter isso em atenção, e pedir expressamente a inclusão da(s) cobertura(s), nomeadamente, no seguro automóvel, quando se celebram os contratos de seguro de danos próprios dos veículos. A título de exemplo, em Portugal existem cerca de 5,9 milhões de alojamentos para habitação. Destes alojamentos, cerca de 60% têm seguro obrigatório de incêndio ou multirriscos habitação (existem 3,1 milhões de apólices de multirriscos habitação) dos quais, só cerca de 20% têm a cobertura facultativa de risco sísmico. Por último, temos ainda a solução dos seguros paramétricos (solução de seguro não tradicional). O seguro paramétrico é uma cobertura personalizada concebida através da utilização de um parâmetro independente, habitualmente um índice meteorológico, que se correlaciona com o fluxo de receitas ou a estrutura de custos do cliente. Assim que o índice acordado é alcançado, o pagamento é acionado e os clientes recebem a indemnização no prazo de poucos dias. Por exemplo, os proprietários de hotéis de estâncias de neve que subitamente se deparam com um clima de quase Verão em fevereiro – e sem a neve procurada pelos turistas – ou os fabricantes de cervejas a quem um Verão mais fresco e chuvoso do que o habitual pode deixar nas prateleiras dos bares e restaurantes os seus produtos, têm hoje a oportunidade de ver a sua quebra de receitas compensadas através de seguros.

Trata-se de um tipo de seguro hoje em desenvolvimento, nomeadamente face às alterações climáticas.

2 Catástrofe significa, grosso modo, um acontecimento desastroso de grandes proporções e de consequências graves. As alterações climáticas estão a provocar fenómenos extremos que têm cada vez mais impacto nas sociedades, colocando em causa a sustentabilidade das economias e sobrevivências dos cidadãos. Por exemplo, no ano de 2011 foi aquele em que as catástrofes naturais e as catástrofes causadas pelo homem causaram maiores perdas económicas (cerca de 350 mil milhões de euros). Quem não se lembra do tremor de terra em Tohoku (nordeste do Japão), seguido de um tsunami que matou mais de 15 mil pessoas e teve um impacto de cerca de 300 mil milhões de euros. Em 2017, os furacões Harvey, Irma e Maria e o sismo que aconteceu no México tiveram um “custo” de cerca de 100 milhões de euros. Em Portugal, quem não se recorda ds grandes incêndios florestais de 2017, descritos como fazendo parte da “temporada de incêndios florestais” mais destrutiva e mortal já registada no nosso País, e que se tornaram no desastre natural mais caro registado, ultrapassando os 1.000 milhões de euros. Estes acontecimentos demonstram que a atividade seguradora é, sem dúvida, uma das mais importantes atividades económicas existentes, um pilar de sustentabilidade da economia e das populações, e que de resto acompanha o progresso da Humanidade desde que há memória de existirem pessoas e negócios. É óbvio que os riscos não desaparecem com a contratação de um seguro, mas estes são sem dúvida um veículo crucial na minimização dos impactos para as famílias e para a economia, por forma a que se possa encarar o futuro com maior tranquilidade e menos incertezas. Fazer um contrato de seguro é uma medida de prevenção e de responsabilidade para fazer face a determinadas eventualidades que podem pôr em risco as pessoas e os seus bens. É um ato de poupança, na medida em que pagar um prémio implica uma afetação de rendimentos pessoais para as companhias de seguros poderem fazer face às suas responsabilidades, ajudando a própria economia, e ressarcindo as pessoas ou as instituições se certas eventualidades seguras se concretizarem e provocarem danos. Os seguros são uma fonte de equilíbrio e tranquilidade contribuindo para eliminar a ansiedade decorrente da insegurança face às incertezas do futuro. Por estas razões, os seguros são o garante da continuidade económica, e revestem-se de primordial importância para a própria evolução de um país e para que as pessoas tenham maior tranquilidade em todos os momentos e em todas as fases da vida. Confiança para fazer planos, prosseguir com o seu dia-a-dia, os seus sonhos e os seus projetos, constituir famílias, adquirir bens e desenvolver negócios, mesmo após momentos difíceis e desafiadores.

3 A atividade seguradora é, na sua essência, uma atividade de gestão de riscos, sendo que o risco é o elemento nuclear do contrato de seguro.

Entre os profissionais do sector é habitual dizer-se que “não há seguro sem risco”.

Cada vez mais, o cliente atual exige respostas céleres dos seus consultores e gestores de risco, e por esse motivo, este foi um desafio abraçado há já vários anos pelo Grupo MDS.

Mesmo ao nível do Enterprise Risk Management (ERM), o Grupo MDS tem sido um dos principais motores de evolução do mercado, ajudando as organizações que cada vez mais se deparam com níveis de complexidade de negócios sem precedentes, com uma infinidade de riscos internos e externos, tornando a mitigação de riscos um elemento-chave para impulsionar o crescimento dos negócios.

Para enfrentar estes desafios, através do Risk Consulting Group (RCG – Grupo MDS), avaliamos os riscos das operações dos nossos Clientes em qualquer parte do mundo para potenciar a segurança dos seus investimentos, otimizando a redução de risco de prejuízos patrimoniais e a adequação dos programas de seguros. A tecnologia é uma facilitadora da análise, permitindo avaliar os diferentes cenários e estimar potenciais riscos e probabilidades de ocorrência de sinistros.

Com cerca de 50 anos de experiência, a RCG é hoje conhecida internacionalmente como um modelo de excelência na análise de risco, controle de perdas e implantação de programas de gestão de riscos.

Também aqui fomos inovadores e pioneiros, oferecendo uma ampla gama de serviços.

É muito importante ter uma base única de dados, com todo o histórico de análises e incidências do risco e organizadas por grupos de riscos, definindo os responsáveis por grupos de riscos deixando claros os papéis e responsabilidades sobre ameaças e oportunidades.



JOSÉ GOMES
CEO Não Vida
do Grupo Ageas Portugal

1 Genericamente existem os seguros que protegem o património, nomeadamente, seguros de Multiriscos, Incêndio e Elementos da natureza, Seguros de Construção e Montagem, Seguros de Máquinas Casco, Avaria de Máquinas, Bens em Leasing, Equipamento Eletrónico e o Seguro Automóvel que cobrem este tipo de fenómenos. Os seguros de Vida e de Acidentes Pessoais, ainda que no mercado seja comum existirem limitações às situações

decorrentes de fenómenos da natureza, também comportam garantias relativas a este tipo de fenómenos.

2 As catástrofes naturais são um tema muito relevante no contexto nacional e onde ainda há um longo caminho a percorrer. Portugal tem sido cenário, nos últimos anos, de catástrofes extremas, desde tempestades, incêndios e furacões. Segundo dados da Associação Portuguesa de Seguradores, só o Furacão Leslie provocou mais de 38 mil sinistros cobertos por apólices de seguros, o que corresponde a danos agregados no valor de cerca de 101 milhões de euros. Os incêndios de 2017 que provocaram mais de 100 mortes, resultaram num prejuízo superior a mil milhões de euros, dos quais apenas aproximadamente 20% estavam cobertos por seguros. Por isto é obvio que estas catástrofes têm um impacto direto na economia. A maioria dos seguros que protegem os Clientes destes eventos não são obrigatórios, pelo que o impacto para as populações e economias é inversamente proporcional à taxa de penetração dos seguros. Como medidas preventivas a Ageas Seguros promove junto da sua rede de mediadores informação sobre estas matérias com o objetivo de sensibilizar os Clientes para que estes salvaguardem o seu património e família através da contratação de produtos de seguro adequados às suas necessidades.

Simultaneamente disponibilizamos informação de medidas preventivas no sentido de mitigar tanto quanto possível os efeitos destes eventos nos bens materiais.

3 No Grupo Ageas Portugal estamos preparados para a mudança e encaramos todas as inovações, nomeadamente a digitalização e a robótica como uma oportunidade. A nossa aposta nestas inovações reflete-se nas diferentes vertentes em que já aplicamos a tecnologia, como por exemplo a inteligência artificial na recuperação de acidentes ou no campo da saúde com um projeto piloto de inteligência artificial destinado à triagem médica e que atuará como uma ferramenta de decisão clínica. Para estas catástrofes naturais, a digitalização e a robótica podem ter um papel relevante na identificação dos riscos, bem como na identificação de tendências e/ou padrões que permitam a prevenção a médio e longo prazo. Mas podem permitir também uma presença mais efetiva sempre que necessário, permitindo prevenir e preparar a sua ocorrência e acelerando a ação em caso de sinistro junto dos nossos Clientes. No setor segurador temos de estar preparados para pensar e agir sobre o potencial que todas as novas tecnologias trazem para o negócio e o impacto que podem ter na qualidade de serviço que disponibilizamos aos nossos Clientes.



MARCO PALMA
Head of Facultative Reinsurance
Willis Towers Watson

1 Danos provenientes de catástrofes naturais não estão, por norma, incluídos na cobertura base das diversas apólices de seguro disponíveis no mercado segurador Português. Este tipo de risco é, normalmente, garantido a pedido expresso dos tomadores de seguro, ou seja, é efetuada uma inclusão adicional das coberturas que garantem as catástrofes naturais com o objetivo de aumentar o nível de proteção da cobertura-base habitualmente disponibilizada pelas seguradoras em Portugal. Em resumo, as típicas apólices de Multiriscos Habitação, Comércio ou Indústria, Automóvel (Danos Próprios) e outras similares, quase sempre, poderão ser trabalhadas para que passem a garantir este tipo de fenómenos da natureza. Este aumento de proteção está,

obviamente, associado ao pagamento de um prémio adicional que no entanto poderá atribuir um grau de conforto aos segurados indiscutivelmente superior.

2 Nas últimas décadas os danos provocados por catástrofes naturais sofreram um aumento significativo, os especialistas na modelação destes riscos, apontam para um potencial incremento na frequência de eventos catastróficos nos próximos anos e a possibilidade de existir igualmente um agravamento na severidade destes fenómenos. O impacto económico pode ser devastador, porém varia consoante o grau de desenvolvimento dos países afetados. Regra geral, países desenvolvidos, apesar de sofrerem perdas económicas (em termos absolutos) incomparavelmente superiores, possuem estruturas e mecanismos que permitem uma recuperação substancialmente mais rápida, nomeadamente porque o volume riscos transferidos para as seguradoras é superior logo terão direito a ser indemnizados em conformidade. No lado oposto, temos os países em vias de desenvolvimento cujo impacto destes eventos, lamentavelmente, culmina com um elevado número de mortes sendo naturalmente acompanhado por elevadas perdas económicas, regra geral não seguradas. Este último ponto, torna o processo de recuperação destas economias bastante penoso, sendo

maioritariamente suportado por ajudas internacionais tanto governamentais como privadas. Analisando a situação de Portugal, tal como foi indicado anteriormente não existe a obrigatoriedade de contratação de coberturas que visem garantir os riscos catastróficos, logo devido à sua frequência reduzida ou falta de informação dos tomadores de seguro a ocorrência de uma catástrofe natural de magnitude elevada poderá ter um impacto significativo na economia portuguesa.

3 As características específicas das catástrofes naturais, na medida em que são riscos com um comportamento errático em comparação com outros riscos seguráveis, ou seja, baixa frequência e elevada severidade, faz com que seja necessário empregar meios diferentes por parte das seguradoras na sua análise. Neste particular, a crescente utilização das novas tecnologias está a ter um papel interessante com a utilização de Machine Learning e de Sistemas Automáticos de Reconhecimento de Padrões, que ajudam na previsão e análise de diversos tipos de catástrofes naturais. Atualmente existem modelos a serem trabalhados que conseguem reconhecer padrões meteorológicos relevantes na formação, por exemplo, de furacões. Estes modelos conseguem estimar com uma exatidão razoável que áreas serão potencialmente afetadas por determinado evento.

PUB



VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador **SMA**

Existem riscos que

não precisa de correr sozinho.

Nós corremos por si.

Competência, rigor e know-how.

Estes são os valores que entregamos em todas as soluções que desenvolvemos.



www.victoria-seguros.pt
VICTORIA - Seguros, S.A. - Av. Liberdade, 200 1250-147 Lisboa Portugal
Tel: 21 313 41 00 Fax: 21 313 47 00 - Matricula C.R.C. Lisboa e NIPC 506 333 027
Capital Social EUR 34.050.000

ENTREVISTA SANTIAGO ARECHAGA CEO da Swiss Re para Portugal e Espanha

“Custos recaem sobre governos, ONG e famílias”

As catástrofes naturais são uma realidade que afeta economias de rendimentos baixos mas também as economias mais avançadas com elevadas dívidas públicas e onde o espaço orçamental para o financiamento de recuperação é limitado.

VÍTOR NORINHA

vnorinha@jornaleconomico.pt

As catástrofes naturais são um evento recorrente ou têm aumentado o número de ocorrências?

Alguns desastres naturais, como terremotos, são raros por definição, enquanto outros são muito mais frequentes, como tempestades e inundações. Seja como for, a verdade é que notamos um aumento acentuado no número de eventos de catástrofe natural. Com as calotas polares a derreter e o nível do mar a subir, os mares mais quentes tornarão os tipos mais graves de tufões e furacões ainda mais destrutivos e provavelmente mais frequentes. No entanto, parte da destruição é resultado do aumento da urbanização e do desenvolvimento de comunidades próximas a áreas propensas a catástrofes, como as regiões costeiras, bem como a proximidade a rios ou florestas. Por exemplo, há 40 anos, um evento climático de certa magnitude numa determinada região poderia ter causado menos danos do que eventos semelhantes que aconteçam hoje na mesma região, agora urbanizada. Por outro lado, a monitorização e a notificação de catástrofes naturais melhoraram enormemente nas últimas décadas, dada a maior sensibilidade em relação a este assunto. Parte do aumento no número de eventos relatados pode ser explicado por melhores relatórios e monitorização de desastres naturais. Por essa razão, o relatório “sigma” do Swiss Re Institute aplica perdas humanas e limites financeiros ajustados pela inflação para reduzir esse viés e tornar os dados mais comparáveis ao longo do tempo.

As indemnizações associadas têm aumentado?

O “sigma” reporta um aumento acentuado nas perdas seguradas, pelas razões descritas acima, mas também devido ao aumento da penetração de seguros em certos países e em situações mais suscetíveis ao perigo, o que é uma coisa positiva. Desta forma, posso dizer que o montante global de compensação aumentou.

Qual o impacto nas economias desenvolvidas? Tem números?

Na ausência de pagamentos de segu-



D.R.

ros, o custo da reconstrução recai inteiramente sobre os ombros de governos, ONG, instituições de solidariedade e, por fim, sobre as famílias e empresas afetadas. A diferença entre perdas económicas e seguradas pode ser severa nos países de rendimentos baixos/médios, onde a magnitude das perdas decorrentes de uma catástrofe pode superar a capacidade do governo de atuar como seguradora de última instância. No entanto, o impacto de catástrofes graves também pode ser severo nas economias mais avançadas, particularmente quando as chamadas “megacatóstrofes” atingem um ambiente já em recessão, ou pior, países com elevadas dívidas públicas, onde o espaço orçamental para o financiamento de recuperação é ainda mais limitado. Estamos hoje a analisar a resiliência das sociedades nos países avançados e em desenvolvimento. Em particular, classificaremos os países com base na sua capacidade de

resistir a grandes choques resultantes de catástrofes naturais.

Existem estudos específicos sobre a Europa ocidental e sobre Portugal em particular?

Estamos justamente a finalizar um estudo específico sobre esta região, incluindo o território português, que deverá estar disponível nos próximos meses.

O papel dos resseguradores na cobertura de riscos dos seguradores tem sido crucial para o pagamento de indemnizações e manutenção da economia a funcionar?

De facto, o papel do resseguro é crucial para garantir a capacidade de o setor dos seguros como um todo tornar a nossa sociedade mais resiliente. O resseguro é provavelmente o mecanismo mais eficiente e sustentável para reunir o capital necessário para cobrir os riscos que

as seguradoras individuais teriam dificuldade em pagar.

É possível dar os números do que foi pago nos últimos cinco anos por parte das resseguradoras na cobertura de catástrofes naturais no mundo?

Infelizmente, esses números e estatísticas não estão disponíveis.

O que explica que o número de resseguradoras a nível mundial se mantenha reduzido? O mercado não compensa ou não há capitais suficientes de risco?

A tendência de consolidação não é exclusiva da indústria dos resseguros. Como em outros setores, ganhos de eficiência alcançados por escala também representam uma vantagem competitiva nos resseguros. Isto provavelmente levou o número de empresas a baixar. No entanto, a quantidade de capital que fluiu para o mercado dos resseguros, seja por meios tradicionais ou alternativos, cresceu significativamente nos últimos anos. A capacidade financeira tem sido, aliás, cada vez mais abundante.

Com o mercado segurador a ser influenciado pelas insurtech, existe uma tendência semelhante para o resseguro?

Definitivamente, a tecnologia está a ter um impacto semelhante no mercado dos resseguros que teve já na indústria seguradora. Na Swiss Re, continuamos a investir significativamente em tecnologia. Vemos isso como uma ótima oportunidade para fornecer melhores serviços e soluções inovadoras de proteção aos nossos clientes e, por seu turno, aos seus clientes.

É possível a generalização dos seguros paramétricos para cobrir eventos naturais? A Swiss Re tem estudos sobre setores de atividade que possam levar à construção de índices que servirão de subjacentes a estes contratos?

Absolutamente! Existem muitas soluções disponíveis que dependem de produtos de seguros paramétricos para cobrir desastres naturais. Dou-lhe como exemplo um produto paramétrico para terremotos que a nossa equipa de Soluções para o Se-

tor Público criou em parceria com o Banco Mundial. Também digna de nota é uma solução paramétrica que desenvolvemos com o governo da província de Guangdong, na China, baseada num acionador duplo paramétrico para casos de tufões ou ciclones, ou forte risco de chuva. Para outros desastres naturais, como incêndios florestais, desenvolvemos soluções paramétricas baseadas em tecnologia de satélite de ponta. Muitos destes produtos foram especificamente projetados em parceria com o setor público para apoiar a assistência em caso de desastres e acelerar os esforços de reconstrução. Também servem para proteger o desenvolvimento económico das áreas afetadas, imediatamente após o desastre. Cada modelo tem um acionador paramétrico que depende de fontes de terceiros de renome e fiáveis, como por exemplo o Instituto Meteorológico Mundial ou a NASA. Em alguns casos, por exemplo, na agricultura, as soluções baseadas em índices são meios de elevada eficiência para garantir as colheitas. Estes meios podem ser estruturados e adaptados às necessidades específicas de cada região, com índices climáticos baseados em parâmetros meteorológicos medidos e relatados por uma parte independente. As reclamações são liquidadas de acordo com os cálculos de pagamento pré-acordados por período e/ou fase do ciclo da colheita.

O que será necessário para reduzir o número de eventos ligados a catástrofes naturais? As alterações climáticas são inevitáveis? O ambiente e o clima são riscos que estão a crescer?

Os riscos climáticos estão a crescer e é crucial que se reduzam as emissões de CO2. Como uma sociedade global, podemos fazer muito na área da prevenção de riscos para evitar o impacto negativo das mudanças climáticas ou para minimizar a vulnerabilidade ao risco climático. Há muitos exemplos, como a proteção contra inundações, investimentos em infraestrutura, uma emergência melhor organizada e, por último, mas não menos importante, aumento da penetração dos seguros para mitigar os problemas financeiros das pessoas afetadas. ●